

A data não poderia ser mais propícia: ontem, um ano após o acidente da usina atômica de Chernobyl, na União Soviética, (veja a página 7), os deputados constituintes da subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente estiveram reunidos com os responsáveis pelo programa nuclear brasileiro, nas instalações da Central Nuclear que abrange as usinas de Angra I, II e III.

Para o relator dessa subcomissão, o deputado Carlos Mosconi, do PMDB de Minas Gerais, "a próxima Constituição tem de acabar com aberrações como foi a construção dessas usinas, decididas em gabinete e sem a participação da comunidade ou da classe política". E o que se observou no final da tarde de ontem no centro de recepção da Central Nuclear foram mais de quatro horas de acalorada discussão, tendo de um lado constituintes e deputados das assembleias de São Paulo e do Rio de Janeiro, além dos inúmeros representantes de movimentos ambientalistas, e de outro os responsáveis pelo programa nuclear brasileiro.

Conforme depoimento de Fernando Gabeira, do PT do Rio de Janeiro, "em setembro do ano passado, quando houve o acidente na usina, sequer fomos autorizados pela segurança da empresa a conversar com a direção". O próprio Judiciário em Angra dos Reis reconheceu que na ocasião deste acidente Furnas ocultou informações à população do município. Para Gabeira, "a direção da empresa não assume a responsabilidade de governo, deixando transparente para a comunidade o que aqui ocorre".

Segundo o deputado federal Fábio Feldmann, do PMDB paulista e primeiro vice-presidente dessa subcomissão, que liderou a visita dos constituintes ao litoral de São Paulo e Angra dos Reis neste final de semana, a Agência Internacional de Energia Atômica reconheceu ter havido cerca de 270 acidentes nas usinas nucleares de todo o mundo, "sendo que 32 deles foram considerados de extrema gravidade". A própria agência admite que os governos proibem a divulgação de tais acidentes para a comunidade.

Incidente ou acidente?

O conceito de "acidente" é o outro problema sobre o qual comunidade e constituintes não chegaram a um acordo com a direção da Central Nuclear. Para o engenheiro Pedro Figueiredo, chefe da Central de Angra I, nunca houve um acidente em Angra dos Reis. Nem mesmo o ocorrido em 30 de setembro do ano passado, que só foi noticiado um mês depois. "Estes são pequenos incidentes perfeitamente contornáveis", afirma Figueiredo. Outra dúvida para os participantes do encontro foi levantada pelo testemunho do professor Carlos Jolir, responsável pelo curso de pós-graduação de Ecologia na Unicamp: "Nunca nos foi permitido entrar nas instalações da usina e confirmar as informações dadas pela empresa sobre a ausência de irradiação nuclear na área".

As explicações fornecidas por Ronaldo Araújo da Silva, chefe da Coordenadoria de Licenciamento e Garantia da Qualidade, também não foram consideradas convincentes.

Constituintes em Angra, discutindo as usinas atômicas.

Os deputados da
subcomissão de Meio Ambiente
debateram com a direção
da central nuclear o futuro do
programa nuclear brasileiro.

tes. Por suas explicações, num caso de acidente a área mais atingida estaria no raio de cinco quilômetros das instalações da usina. Tal dado não convenceu constituintes e ambientalistas, já que no desastre de Chernobyl, há um ano, até mesmo a cidade de Moscou, a mil quilômetros da usina, foi atingida pela irradiação.

Por outro lado, a duração da contaminação na área devido ao material liberado — Césio-117 e Estrôncio-90 — seria respectivamente de 30 anos e 27 anos e sete meses.

Mas, afinal, o custo de uma usina nuclear compensa tão perigosos riscos? Esta é outra dúvida, cuja resposta não convenceu os constituintes que deverão encontrar-se novamente com a direção da Central Nuclear em Brasília. A vida útil de uma usina é de 30 anos. "Após esse período, o custo de

troca fica mais caro que o da construção de uma nova usina."

Ocupação Irrracional

Ontem, os constituintes não se limitaram ao debate com a direção Central Nuclear. Saíndo de São Paulo pela Mogi-Bertioga, foi possível aos deputados, ambientalistas e técnicos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente tomarem conhecimento do que ocorre no litoral norte paulista.

Desde a praia de São Lourenço, onde um condomínio vertical denominado Riviera de São Lourenço prevê uma população de 50 mil pessoas, já são claros os sinais de degradação ocorrida no meio ambiente, devido a uma ocupação irracional do solo na região. Para o geólogo Cláudio Manetti, da Sudelpa, "os traçados das estradas desta orla marítima mostram que nem mesmo o Poder Público respeita o patrimônio ambiental". A Mogi-Bertioga aberta no governo Maluf, teve de ser refeita em vários locais, pois na sua construção não foram dadas soluções para as drenagens das águas. Cleyton Lino, também da Sudelpa, denunciou o que vem ocorrendo não só nas ilhas do Litoral mas de todo o Estado de São Paulo: "Uma ocupação por parte da indústria turística, que expulsa o calçara ilhéu e dilapida a natureza. A ilha das Couves, no litoral de Ubatuba, foi totalmente arrasada pela família Pini, apesar de os órgãos públicos, como a Marinha, DETRN, prefeitura e Condephaat, terem proibido qualquer intervenção no local".

A grande discussão dos Constituintes é a

opção desenvolvimentista que ocorre em nosso país, atingindo o Litoral. Para o secretário do Meio Ambiente, Jorge Wilhelm, "a atividade turística não pode ser antropofágica destruindo a natureza, que é a mercadoria que tem a vender". Quando secretário de Estado no governo de Paulo Egídio Martins, Wilhelm foi responsável pela elaboração da legislação do uso do solo dos municípios do litoral Norte Paulista. Já Cunha Bueno, constituinte pelo PDS, acredita que "assim como a lei do uso do solo para o município, não há de ser somente a Constituição que irá resolver os problemas do País. É preciso que haja uma vontade política disposta a fazê-la".

Reivindicações como o Código Insular do gerenciamento costeiro, critérios de aforamento de ilhas e terrenos de Marinha "distribuídos pela SPU (Serviço de Patrimônio da União) a nível clientelístico" e a proteção à pesca artesanal de comunidade calçaras levaram o deputado Carlos Mosconi a afirmar: "Estamos impressionados com o que vimos".

Acho que tivemos uma noção exata do que acontece com o meio ambiente do Estado de São Paulo, onde tantas obras foram feitas atendendo exclusivamente aos interesses econômicos".

Priscila Siqueira

Na última
página,
a visita dos
constituintes
ao Litoral
Norte.